

O IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO E A GEOPOLÍTICA Balcânica¹ DO PROTETORADO BÓSNIO À I GUERRA MUNDIAL

Jean Bérenger

Tradução do francês: Pedro Puntoni

RESUMO

O autor apresenta, sob a perspectiva da história diplomática, os paradoxos provocados pela incorporação da Bósnia-Herzegovina como protetorado pelo império austro-húngaro em 1878. Ao direcionar suas pretensões expansionistas para os Bálcãs, a Áustria-Hungria entrou em conflito com os impérios otomano e russo. A incorporação definitiva da Bósnia em 1908 aprofundou um conjunto de contradições e alimentou as pretensões nacionalistas sérvias na região. No início uma guerra regional, a entrada da Áustria-Hungria nos conflitos balcânicos acabou por comprometer um conjunto de alianças européias e provocar o início da I Guerra. *Palavras-chave: império austro-húngaro; Bósnia-Herzegovina; guerras balcânicas; Congresso de Berlim; I Guerra Mundial; eslavos do Sul.*

SUMMARY

From a diplomatic history perspective, the author demonstrates the paradoxes involved in Bosnia-Herzegovina's incorporation into the Austro-Hungarian Empire as a protectorate in 1878. In orienting its expansionist intent towards the Balkans, Austria-Hungary came into conflict with the Ottoman and Russian empires. The final incorporation of Bosnia in 1908 deepened a series of contradictions and fueled Serbian nationalist aims in the region. In what began as a regional war, Austria-Hungary's involvement in the Balkan conflict also engaged different European allies and sparked the First World War.

Keywords: Austro-Hungarian Empire; Bosnia-Herzegovina; Balkan wars; Berlin Conference; First World War; Southern Slavs.

Em um primeiro momento, a atenção da dinastia Habsburgo jamais esteve voltada para a península balcânica, colocada sob o controle do império otomano desde o século XV. Os interesses da casa de Áustria eram ou europeus (o sonho da monarquia universal, até a abdicação de Carlos V, e depois uma estreita aliança com a monarquia de Espanha, até o advento dos Bourbon), ou alemães e italianos (a Coroa imperial, protetorado exercido sobre a península italiana por dominação direta ou pelos secundo-gênitos, até 1859). Até a reconquista da Hungria no fim do século XVII, os Bálcãs, dominados pelo império otomano, representavam antes de mais nada uma fronteira perigosa. Todavia, foram a política balcânica dos Habsburgo e, mais precisamente, a questão da Bósnia-Herzegovina que

(1) Conferência pronunciada no Cebrap em 11 de maio de 1996.

tiveram conseqüências incalculáveis sobre o destino da monarquia austro-húngara, provocando o desenlace do primeiro conflito mundial.

Neste artigo, procuraremos de início definir o que representava a Bósnia-Herzegovina no século XIX, examinando os interesses da Áustria nos Bálcãs, para em seguida tentar traçar as principais etapas desse processo que conduziu à crise final.

A Bósnia-Herzegovina

Depois da conquista do reino independente da Bósnia por Mehmet II, em 1462, a Bósnia-Herzegovina tornou-se uma província otomana. Apesar das incursões dos imperiais² Habsburgo, por ocasião das campanhas de reconquista da Hungria (com tomada e incêndio de Sarajevo, em 1697), a Sâvia constituiu-se em fronteira definitiva pela paz de Carlowitz, em 1699. Era povoada de eslavos do Sul que falavam a mesma língua, o servo-croata, mas pertenciam a três culturas e religiões diferentes: os croatas, católicos e minoritários; os sérvios, ortodoxos que representavam uma massa de camponeses; e os bósnios, convertidos ao Islã (ou "turcos", como eram chamados os proprietários rendeiros). Os soldados e funcionários otomanos representavam apenas alguns milhares de pessoas, que foram expulsos depois da conquista austríaca. Cerca de 80% da população praticava agricultura de subsistência em pequenas plantações (em média de 2 hectares, julgada suficiente para alimentar uma família). Os arrendatários cristãos (60.000 sérvios e 22.000 croatas) suportavam com dificuldades a tutela dos 7.000 proprietários muçulmanos que falavam o servo-croata, mas que, graças a uma oportuna conversão, haviam salvado suas terras no momento da conquista, no século XV. Assim, seus compatriotas que permaneceram ortodoxos (sérvios) ou católicos (croatas) tinham de trabalhar em suas propriedades, em geral mediante um estatuto precário de meeiros (*kmeten*, em servo-croata), pagando ao mesmo tempo o imposto estatal e a renda fundiária.

Constituindo uma espécie de "colchão" entre a fronteira "normal" da Sâvia e da costa dálmata (herança recente, uma vez que era possessão veneziana adquirida no Tratado de Campo-Formio, em 1797), a Bósnia-Herzegovina tinha sobretudo um interesse estratégico para os Habsburgo. Se por um lado a costa dálmata, com Trieste povoada de croatas, assegurava à Áustria uma posição preponderante no Adriático e as bases para uma política mediterrânica, por outro, o governo de Viena não abandonaria de maneira nenhuma a Bósnia-Herzegovina, povoada majoritariamente de sérvios, ao estado sérvio independente; preferiria assegurar ela mesma o controle a deixá-lo à administração otomana.

Os Habsburgo desejavam manter em suas fronteiras meridionais esse muro que lhes garantia a segurança, tal como, em face do império otomano, cada vez menos agressivo, haviam conseguido aos poucos com a fronteira militar da Eslavônia e com a Transilvânia. Neste novo sistema, a Sérvia e a Romênia poderiam continuar a desempenhar esse papel.

(2) "*Les imperiaux*", no original, como eram chamados os soldados do Sacro Império Romano Germânico (N. T.).

Os interesses dos Habsburgo nos Bálcãs

A libertação dos povos balcânicos, simpática *a priori*, mais colocava problemas do que os resolvia, pois transplantava os conceitos nacionalistas da Europa ocidental para regiões de fronteiras maldefinidas, onde as realidades nacionais permaneciam vagas. O que era, por exemplo, a Macedônia em 1900? Em face de todos esses perigos e sobretudo em face do imperialismo russo, que ficara explícito na segunda metade do século XVIII com o projeto "grego" de Catarina II (que não escondia o seu desejo de reconquistar Constantinopla e de estabelecer ali o império do Oriente), os diplomatas franceses e britânicos inventaram a doutrina da integridade do império otomano. Desde essa época, José II esboçou ao menos um projeto de partilha dos Bálcãs: caso a Rússia estendesse sua influência até o Bósforo, a monarquia austríaca anexaria a Bósnia em compensação.

No século XIX, as ambições da Áustria-Hungria se diversificaram, pois o gabinete de Viena desejava construir ferrovias para controlar o acesso a Tessalônica, grande porto do mar Egeu e segunda cidade do império otomano. Seria necessário apenas duplicar a via que passava por Belgrado, Nis e Skopje por uma linha que ia da Bósnia à Macedônia através do *sandjak* de Novipazar. A nova linha, jamais construída, teria facilitado o acesso aos mercados otomanos e ao mar Egeu. Esta ousada política ferroviária estava ligada às ambições econômicas da Áustria-Hungria, que se justificavam pelo fato de que o Oriente Médio era um mercado tradicional para os produtos manufaturados austríacos (tecidos e produtos metalúrgicos). Todavia, a abertura desses mercados se chocava com uma intensa concorrência internacional. Não obstante, a Sérvia estava na dependência da Monarquia Dual, que era o mercado para seus porcos e ameixas, que constituíam o essencial de suas exportações e lhe asseguravam o equilíbrio (precário) da balança de pagamentos. As relações austro-sérvias diziam respeito igualmente à segurança da Monarquia, na medida em que se inscreviam na política das nacionalidades. De fato, o principado da Sérvia, independente desde 1878 e erigido em reino em 1881, aspirava a uma vocação "piemontesa": o pequeno estado de dois milhões de habitantes estaria predestinado a reconstituir a Grande Sérvia medieval de Dusan e, conseqüentemente, reunir as terras sérvias *irredentas*³. No entanto, muitos sérvios povoavam a Monarquia, isto é, a Voivodínia (na Hungria), a fronteira militar da Eslavônia, certos cantões da Croácia (a Krajina) e, bem entendido, a Bósnia-Herzegovina. Foi por isso que o governo de Belgrado e dos nacionalistas sérvios havia tomado como uma afronta as decisões do Congresso de Berlim de confiar à Áustria-Hungria a administração da Bósnia-Herzegovina.

Para complicar, havia o problema das relações entre sérvios e croatas, mas também das relações entre croatas e húngaros, que se tornaram conflituosas depois do compromisso de 1867. De fato, os croatas, convencidos de seu direito de estado, se sentiam frustrados pelo compromisso austro-húngaro, ainda mais agora que o acordo húngaro-croata de 1868

(3) O adjetivo faz referência ao *irredentismo*, doutrina política dos nacionalistas italianos que, depois da unificação, reivindicavam a anexação dos territórios de língua italiana ainda não liberados da dominação estrangeira, notadamente austríaca (*"Itália irredenta"*) (N. T.).

estava sendo aplicado de maneira restritiva pelo governo de Budapeste. Porque os croatas desejavam o reconhecimento de sua autonomia no seio da Monarquia, dever-se-ia criar um estado iugoslavo sob o comando croata, quer dizer, criar o *trialismo* sobre o modelo do *dualismo*? Este é o projeto que atribuímos, depois de 1900, ao arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono.

Na realidade, o principal interesse dos Habsburgo continuava de ordem geoestratégica: tratava-se de impedir que a Rússia exercesse sua hegemonia sobre a península balcânica, fosse diretamente, fosse por intermédio de estados-satélites, como a Sérvia ou a Bulgária. Viena estimava que sua segurança exigia que a Rússia não tivesse nenhum ponto de acesso ao Adriático, imediato ou mediado (pela Sérvia interposta), donde a importância dos negócios albaneses nos anos que precederam a I Guerra Mundial. Este antagonismo austro-russo e austro-sérvio era grave, pois se inscrevia em um sistema de alianças cada vez mais rígido, que, depois do início do século XX, dividiria a Europa em dois blocos.

A evolução das relações entre os Habsburgo e os Balcãs

Deixaremos de lado as relações austro-romenas e austro-búlgaras, razoavelmente boas no conjunto (a Romênia era integrante da Tríplice Aliança), para nos concentrar nos assuntos sérvios e bósnios. Inicialmente, a proto-história das relações austro-sérvias, desde o fim do século XVII até a crise do Oriente de 1876, foi uma fase de convívio cordial, marcada pela reconquista da Hungria aos turcos, depois do cerco de Viena de 1683. Com a tomada de Belgrado (1688) pelos imperiais, eles penetram nos Balcãs e avançam pela Macedônia e Albânia, onde são recebidos como libertadores, a ponto de a comunidade servia, com seu patriarca Arsênio III, se colocar à disposição dos imperiais. Logo que estes — que alguns já viam marchar sobre Constantinopla — se retiram para a grande planície húngara, levam consigo os sérvios de Kossovo, que se instalam na Hungria meridional e recebem numerosos privilégios. É essa a origem do problema de Kossovo, mas também das misturas sérvio-croatas da Eslavônia. Em particular na fronteira militar, que se estabeleceu por dois séculos na Sávica, em face da Bósnia otomana, tida como hostil. Culturalmente, os sérvios se voltavam ainda para Viena e Ragusa, esperando, no século XVIII, estabelecer laços com a Ucrânia e a Rússia dos czares. As insurreições antiotomanas do início do século XIX resultaram na formação de um principado sérvio autônomo, bem como na emancipação de Montenegro.

Sob a crise do Oriente de 1876 e a ocupação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria-Hungria em 1878, um segundo momento é caracterizado pela deterioração das relações austro-sérvias. A partir de 1875, as populações cristãs da Bósnia se rebelaram contra o domínio otomano. Na verdade, a insatisfação era bem maior contra a administração do que contra os

grandes proprietários fundiários muçulmanos. As autoridades otomanas reagiram com uma brutal repressão, que provocou, na primavera de 1876, a intervenção armada da Sérvia, no momento em que rebentava um levante antiturco na Bulgária. Apesar da ajuda de 5.000 voluntários russos, o pequeno exército do príncipe Milan Obrenovic, mal-equipado e maltreinado, foi esmagado pelo exército otomano, enquanto os auxiliares turcos (os famosos *bachi-bouzouks*) perpetravam em Belgrado, igualmente levantada, tamanhas atrocidades que chocariam a opinião européia. Tanto a imprensa britânica como a russa se apoiaram em argumentos humanitários para clamar por uma intervenção, o que o Gabinete gostaria de evitar a todo custo para garantir a integridade do império otomano e a paz na Europa.

Andrassy, ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria-Hungria, manteve a cabeça fria, bem como a maior parte dos homens de estado. Ele se refugiou numa atitude de neutralidade complacente com Constantinopla, onde acabara de rebentar uma revolução que levou ao poder o sultão Abdul Hamid. De fato, Andrassy temia que a vitória desses levantes conduzisse à constituição de um grande estado eslavo que seria apenas um protetorado russo. Ele recomendou diligências diplomáticas para que a Porta⁴ consentisse com reformas. Por ocasião da entrevista de Francisco José com o czar Alexandre II no *Reichsstadt* (junho de 1876), ele conseguiu impor, ainda que provisoriamente, a manutenção do *status quo* e o princípio da não-intervenção. Mas como a guerra parecia inevitável, Andrassy preferiu negociar, no outono de 1876, um compromisso com a Rússia, que, sob o pretexto de proteger os eslavos dos Bálcãs, havia se envolvido no conflito — trata-se do acordo de Budapeste de 15 de janeiro de 1877. Em troca da neutralidade austríaca, ele aceitava a anexação da Bessarábia pela Rússia, bem como a independência dos principados romeno, sérvio e búlgaro, mas sob duas condições: não se criaria, em hipótese nenhuma, um grande estado eslavo nos Bálcãs e, por outro lado, a Áustria-Hungria estaria autorizada a ocupar a Bósnia-Herzegovina. Era o retorno à política de José II e à idéia de partilha definida no final do século XVII.

Apesar da ajuda dos romenos, montenegrinos e búlgaros, o exército russo sofreu grandes dificuldades na campanha de 1877, em particular para tomar Plovdiv e para cruzar a serra dos Bálcãs no inverno. Mas no início do ano de 1878 o antigo sonho russo parecia se realizar, pois o exército do czar atingiu a periferia de Constantinopla, provocando uma grave crise diplomática e colocando a Europa a um passo da guerra. A Sublime Porta, aflita, assinou em 3 de março de 1878, em San Stéfano, nos arredores de Constantinopla, a paz com os russos, que obtinham então ganhos consideráveis. A Rússia anexava, além da Bessarábia, uma parte da Armênia; mais ainda, conseguia a criação de uma grande Bulgária independente, que se estendia até o mar Egeu, e deixava ao sultão apenas a Trácia oriental, inclusive Constantinopla. Este tratado era inadmissível para a Áustria-Hungria, pois contrariava os acordos de Budapeste. A Grã-Bretanha, temerosa de que os russos controlassem os estreitos, mandou sua frota aos

(4) A Porta ou a Sublime Porta, como era conhecido o governo turco ao tempo dos sultões (imperadores da Turquia) (N. T.).

Dardanelos para, eventualmente, proteger Constantinopla. Andrassy não teve dificuldades, portanto, em convencer Disraeli da necessidade de uma revisão do Tratado de San Stéfano, para o que Bismarck organizou um grande congresso diplomático em Berlim.

O Congresso de Berlim reuniu o "concerto das potências", em julho de 1878, de acordo com as tradições diplomáticas do século XIX. Obrigou-se a Rússia a restituir parte de suas conquistas; a Grande Bulgária foi dissolvida para tornar-se um principado vassalo da Porta, enquanto a Romênia oriental foi devolvida ao sultão. Desta maneira, a Rússia ficou sem acesso ao Mediterrâneo; a Romênia teve, por seu turno, de lhe ceder a Bessarábia, e recebeu, magra compensação, a Dobroudja. Se o principado da Sérvia obteve sua completa independência, assim como algumas conquistas territoriais, deixou-se ao império otomano o *sandjak* de Novipazar, para impedir uma eventual fusão da Sérvia com Montenegro, o que asseguraria a Belgrado um acesso ao Adriático. Em troca, Andrassy obteve o que queria: o direito para a Áustria-Hungria de ocupar e administrar, por período indeterminado, a Bósnia-Herzegovina, a fim de manter a ordem. No entanto, os direitos de soberania da Porta foram conservados. A Áustria-Hungria obteve igualmente uma autorização de manter uma guarnição no *sandjak* de Novipazar. Esta solução bastarda, apesar de acomodar as pretensões e as suscetibilidades da Rússia, ao mesmo tempo que preservava formalmente a integridade do império otomano, acabou entrando a ação austríaca na Bósnia. Era uma política que tinha o apoio do imperador e do exército, que viam nela uma compensação aos desastres ocorridos desde o início do reino. Ao tomar essa opção e tornar-se assim uma potência balcânica, a Áustria-Hungria deslocava o seu centro de gravidade para as zonas periféricas, associando mais dois milhões de eslavos à sua população.

A ocupação da Bósnia-Herzegovina ocorreu no verão de 1878. O exército austro-húngaro tinha apenas de cumprir as decisões do Congresso de Berlim e conquistar a vasta região montanhosa da Boêmia. Todavia, o que se viu não foi uma simples marcha militar, pois os turcos e os sérvios opuseram viva resistência às três colunas dos imperiais, que sofreram pesadas perdas (4.000 baixas). Esta foi, no entanto, a última campanha vitoriosa do exército imperial e real. A administração da região foi confiada aos militares, os funcionários otomanos (algumas centenas) foram repatriados com suas famílias e o governo de Viena teve a impressão de ter conseguido um sucesso notável e de ter estancado a expansão russa nos Bálcãs.

As consequências da ocupação da Bósnia

A ocupação da Bósnia foi alvo de fortes críticas tanto em Viena como em Budapeste. Provocou manifestações na Hungria, sempre favorável aos

turcos, enquanto a opinião pública austríaca via com desconfiança a política de Andrassy, justificada unicamente pela manutenção do *status quo* nos Bálcãs. Mas justamente o reforço dos pequenos estados balcânicos e a ocupação da Bósnia é que rompiam esse equilíbrio. A esquerda, por sua vez, manifestava hostilidade a uma guerra de conquista tão custosa em vidas humanas. Os liberais austríacos, que manifestavam igualmente seu desacordo em face de uma operação julgada ruinosa e inútil, contribuíram para a queda do gabinete liberal dirigido pelo príncipe Alfred Auersperg. Mais grave ainda, a ocupação da Bósnia acabaria por exacerbar, no longo termo, as relações da Áustria-Hungria com a Sérvia. A opinião pública sérvia, de fato, considerava que a Bósnia deveria ter sido incorporada ao principado independente, e não passada da tutela de uma potência para outra. Se os sérvios da Bósnia haviam manifestado imediatamente seu ressentimento atirando nos soldados de Francisco José, a opinião pública da Sérvia impôs uma política hostil à Monarquia. Em suma, esta é a origem do irredentismo sérvio, que até então não existia⁵. A ocupação da Bósnia teve ao menos um resultado positivo: em 1882, suprimiram-se as fronteiras militares na Eslavônia, que passaram para a administração civil, restando apenas uma escola de oficiais e uma reserva de soldados de elite fiéis aos Habsburgo.

(5) Cf. Jelavich, Barbara. *History of Balkans, 20th century*. Cambridge: Cambridge U. P., 1983, pp. 60-63.

A Monarquia, que havia usado o pretexto do atraso da província para tomá-la em 1878, colocou a Bósnia-Herzegovina (que havia recebido o estatuto de *Reichsland*) sob a tutela do ministro comum das Finanças, o húngaro Kallay, que a administrou o melhor possível durante vinte anos com a ajuda do exército e dos funcionários do ministério. Não obstante, havia muitos obstáculos para realizar as reformas, dado o estatuto jurídico bastardo da região. O peso do fisco também não ajudava, pois os banqueiros não desejavam investir numa região que poderia de uma hora para outra ser restituída ao império otomano. Por outro lado, a administração foi desenvolvida: o número de funcionários passou de 600, em 1881, para 9.106, em 1908. Por razões de qualificação, os postos foram ocupados por eslavos da Monarquia (checos e poloneses), enquanto apenas 2.500 funcionários eram originários da província. O sistema escolar também foi desenvolvido e o analfabetismo recuou rapidamente, pois sob a administração otomana havia apenas escolas islâmicas e algumas escolas confessionais cristãs.

A questão agrária, que estava na origem dos tumultos de 1875, não foi resolvida, pois as autoridades austro-húngaras mantiveram a legislação otomana de 1859, muito favorável aos proprietários fundiários muçulmanos (de seis mil a sete mil famílias de notáveis "turcos", com os quais Viena não queria problemas), que detinham dois terços das terras, de maneira que os esforços para a melhoria da produtividade não deram em bons resultados. Apesar de algumas poucas medidas que favoreciam o acesso à propriedade aos camponeses sérvios ortodoxos, 93.000 famílias possuíam apenas 39% das terras cultiváveis em 1913. Os arrendatários, ou *kmeten*, pagavam rendas que chegavam a 33% da colheita, ao que se somavam as corvéias; um

regime senhorial dominava então a agricultura e a economia da Bósnia-Herzegovina.

Sem recursos externos, a ocupação acabou levando a um aumento da carga fiscal, pois se havia estabelecido, desde 1880, que a Bósnia deveria autofinanciar suas despesas, com exceção das militares, pagas pelo orçamento comum (em torno de 5 milhões de florins). Os antigos impostos foram aumentados e novas taxas foram criadas (por exemplo, o monopólio do tabaco). As barreiras alfandegárias foram abolidas a partir de 1879 e a Bósnia foi incorporada ao espaço econômico austro-húngaro. O Estado subscreveu uma dívida de cerca de 350 milhões de florins para pagar a construção de linhas férreas. O plano de desenvolvimento de 1913 previa o funcionamento dos principais eixos, para se constituir uma rede radial a partir de Sarajevo⁶. O governo encorajou a exploração das florestas e das minas. Em 1912, 75% das florestas que pertenciam ao Estado propiciaram 3,6 milhões de metros cúbicos de madeira; à época, existiam 31 serrarias industriais e 633 artesanais. As concessões de mineração acordadas pelos otomanos foram renovadas (linhito, minério de ferro, sal). Os altos-fornos de Zeica produziam 25.000 toneladas de aço em 1913. Desenvolveu-se também a indústria de bens de consumo (fábricas de tapetes, manufaturas de tabaco, padarias) e criaram-se uma fábrica de gás e uma central elétrica em Sarajevo. Em 1910, havia 50.000 pessoas empregadas no setor industrial. Estes modestos resultados forneceram, afinal, uma base para a futura indústria da região.

(6) A declaração de guerra não o permitiu e, sem meios financeiros, a Bósnia conservou até 1860 sua ferrovia "colonial". Podemos, no entanto, avaliar em cerca de 500 milhões de florins as somas investidas pela Áustria-Hungria entre 1880 e 1914. Cf. Wessly, Kurt. "Die Wirtschaftliche Entwicklung Bosnien-Herzegovina". In: Bruttati, Alois (ed.), *Die Wirtschaftliche Entwicklung*. Viena: Akademie Verlag, 1973, tomo 1, pp. 528-566.

As relações austro-sérvias de 1881 a 1903

A aliança austro-sérvia de 1881 foi um golpe de mestre, uma vez que contornava o irredentismo da opinião pública do principado independente, profundamente irritada com a ocupação da Bósnia-Herzegovina⁷. É que o pequeno reino não era ainda uma democracia e tampouco um verdadeiro regime parlamentar: como em todos os novos países balcânicos, o controle do exército, da diplomacia e da política exterior era apanágio do monarca. Assim sendo, o príncipe Milan Obrenovic — um homem pouco simpático, que levava uma vida devassa, envolvido em escândalos, e que havia perdido toda a autoridade moral perante seus súditos — tornou-se um fervoroso defensor da aliança com Viena, para não dizer um fiel cliente da Áustria, e assinou um tratado secreto no dia 28 de junho de 1881, avisando apenas depois o presidente do Conselho. Segundo esse tratado, a Sérvia e a Áustria-Hungria faziam, em caso de guerra, um pacto de neutralidade benevolente entre si; o governo se comprometia a não permitir em seu território conspirações hostis à Áustria e a não assinar nenhum tratado sem o consentimento da Áustria-Hungria. Em troca, esta ajudaria Obrenovic a manter-se no poder e lhe obteria um título de rei (o principado sérvio tornou-se reinado em 1882). Na realidade, esse pequeno estado tornara-se

(7) Cf. Jelavich, Barbara, op. cit., pp. 25-45.

um protetorado austríaco nos anos 1880, pois o tratado, que foi renovado, durou até 1895. No entanto, a colaboração entre Viena e Milan Obrevenic não foi isenta de conflitos: em 1885, quando o gabinete de Viena lhe recusou um empréstimo para a construção de uma estrada de ferro, ele chantageou com sua abdicação, o que mudaria completamente a orientação da política exterior sérvia⁸. Arruinado por freqüentar os cassinos de Baden/Viena, no ano seguinte ele propôs ceder seu trono a Francisco José em troca de compensações financeiras. Em março de 1889, Milan, cansado do poder, abdicou em favor de seu filho Alexandre, um rapaz de 13 anos, que se revelaria um soberano tão medíocre quanto o pai. A diplomacia austríaca se aproveitava, então, de uma situação que duraria até 1903, isto é, enquanto os Obrevenic se conservaram no poder.

Os anos 1880 viram o apogeu da influência da Monarquia nos Bálcãs, embora a preponderância austríaca estivesse assentada em bases frágeis. O húngaro Kalnoky, sucessor de Andrassy no comando da diplomacia austro-húngara, desenvolveu uma política prudente, cuidadosa em evitar um conflito armado com a Rússia, em que ele não seria sequer apoiado por Bismarck, aliado dos russos. Um protocolo austro-russo esboçou mesmo um acordo. Viena não se opunha à reunião da Bulgária e da Roumélia, pois nesse caso a Áustria-Hungria poderia anexar a Bósnia-Herzegovina logo que achasse oportuno⁹. Vários encontros ocorreram entre Francisco José e o czar Alexandre III (em 1884 e 1885), contribuindo para manter um clima de *détente*.

Foi a aliança franco-russa que, em 1893, marcou o fim do sistema "bismarqueano" ao opor a Tríplice à República francesa e ao império russo. Guilherme II e seus sucessivos chanceleres (Caprivi, Hohenlohe, Bülow e Bethmann-Hollweg) permaneceram fiéis à aliança com Francisco José, pois o consideravam confiável, ainda que a Áustria-Hungria, enfraquecida por algumas lutas internas, lhes aparecesse, depois do "Grande Turco", como o "segundo homem doente" da Europa. Essa opinião pouco cortês era partilhada por todos os dirigentes alemães¹⁰, que, no entanto, mantinham sua confiança no exército imperial, considerado a única ajuda militar séria para a Alemanha no caso de uma guerra européia. Por isso é que eles estavam dispostos a fornecer uma ajuda real à Áustria-Hungria, embora os interesses imediatos da Alemanha não coincidissem com os da Monarquia.

Por outro lado, na era do imperialismo, a Áustria-Hungria não tinha ambições coloniais e sua estratégia naval permaneceu puramente defensiva, limitada à proteção do Adriático. No continente, suas ambições eram apenas balcânicas. A expansão para a Salônia fora abandonada, assim como a construção de uma estrada de ferro passando pelo *sandjak* de Novipazar. De toda maneira, o governo de Viena queria se precaver do movimento iugoslavo e impedir a atração que o nacionalismo sérvio exercia sobre os sérvios da Monarquia, em particular na Bósnia-Herzegovina. Foi por isso que o conde Agenor Goluchowski, um diplomata polonês que foi ministro dos Negócios Estrangeiros até 1906, promoveu uma reaproximação diplomática com a Rússia. Em abril de 1897, Francisco José visitou Nicolau II, que

(8) Cf. Renouvin, Pierre. *Histoire des relations internationales, le XIXème siècle*. Paris: Hachette, 1955, tomo VI/2, p. 75.

(9) Cf. Bled, J.-P. *François-Joseph*. Paris: Fayard, 1987, p.505.

(10) Cf. Kann, Robert A. "Das Deutsche Reich und die Habsburger Monarchie". In Kann, R. e Prinz, Friedrich (eds.). *Deutschland und Österreich, ein bilateral Geschichtsbuch*. Viena, 1980, pp. 143-144.

acabara de suceder a seu pai, Alexandre III. Os dois monarcas assinaram um acordo para os negócios balcânicos e, dentro desse espírito, as duas potências colaboraram para resolver os problemas cretenses (1896). Em 1903, Nicolau II e Francisco José firmaram um acordo de cooperação visando restabelecer a ordem na Macedônia, onde a população, manipulada por organizações terroristas, havia se levantado contra a administração otomana¹¹.

(11) Cf. Lange, Nadine. "Français, autrichiens et le terrorisme en Macédoine vers 1900". *Etudes Danubiennes*, VI/2, 1990, pp. 139-154.

O golpe de estado sérvio de 1903

O fato importante do início do século é o golpe de estado de 1903 em Belgrado. De súbito, o reino da Sérvia tornara-se adversário da Monarquia e, conseqüentemente, a Rússia ganhava um aliado fiel que lhe faltava na Península. O golpe se explica pela evolução da opinião pública sérvia nos anos 1890, sob a influência do Partido Radical, que impôs ao rei o sufrágio universal e integrou com isso os camponeses na vida política. Seu chefe, Nicolas Pasic, que se apoiava nas classes médias, havia desempenhado importante papel na vida do país. Em 1892, os radicais foram substituídos por um ministério liberal, e o rei, que tinha 16 anos, recolocou em vigor a Constituição de 1869, que lhe conferia poderes ampliados. Em 1901, ele a modificou para criar uma sistema bicameral em que 60% dos membros da Câmara alta fossem nomeados pelo rei. Contestado pela opinião pública, o rei Alexandre era acusado de se deixar manipular por seus pais e de que sua vida privada era escandalosa: ele havia casado com sua amante, Draga Masina, uma viúva muito impopular. Por essas razões, alguns oficiais organizaram um golpe de estado em junho de 1903. O rei, a rainha e membros de sua família, assim como o ministro da Guerra, foram assassinados, o que chocou a opinião internacional, mas não abalou os sérvios.

Os conspiradores alçaram ao trono Alexandre Karadjordjevic, descendente de uma família que havia governado o principado até 1859. Com 60 anos em 1903, ele havia passado a sua vida no exílio em Paris e casara-se, em 1883, com Zorka, a filha do príncipe de Montenegro. Karadjordjevic estava decidido a orientar a sua política exterior mais para a Rússia e a França do que para as potências centrais. Apoiado pelo Partido Radical, pelo exército e pela opinião pública, o novo rei conduziu a Sérvia para o campo hostil à Áustria e entregou o governo a Pasic e aos radicais. Rapidamente, a propaganda das organizações nacionalistas, que evocava a Grande Sérvia, começou a se desenvolver. O nacionalismo sérvio tornava-se então inquietante para a Monarquia, uma vez que favorecia, na Bósnia-Herzegovina, o movimento de resistência à administração austríaca. Por isso o golpe de estado de 1903 foi capital para a política balcânica da Áustria-Hungria.

A "guerra dos porcos"

Como o novo regime era inaceitável para a Monarquia, surgiram várias querelas a respeito dos empréstimos, da construção das ferrovias e do equipamento militar. A partir de 1904, o exército deixou de se abastecer da indústria Skoda, em Plzen, para encomendar canhões de 75 mm da Schneider, em Creusot. A Sérvia passou a pedir empréstimos à França e a preparar uma aproximação com os outros países balcânicos. Em 1905, firmou um tratado com a Bulgária que resultaria, em 1917, numa união alfandegária. O governo de Viena, por sua vez, interrompeu as conversações para renovar o tratado de comércio austro-sérvio, porque estimava que a convenção búlgaro-sérvia era prejudicial aos seus interesses políticos e econômicos, e passou a pressionar o gabinete de Belgrado para que denunciasse o acordo com a Bulgária. A ação mais importante foi o embargo levantado sobre a importação de suínos para a Monarquia, visando asfixiar a economia sérvia. Este embargo foi apelidado de "a guerra dos porcos", guerra essa que não desagradou aos húngaros, pois eliminava seus principais concorrentes do mercado vienense. Todavia, os sérvios acabaram encontrando mercados substitutos, particularmente a Alemanha, o que mostra bem a divergência dos interesses econômicos dos dois aliados. Os sérvios também desenvolveram a indústria de conservas, a fim de exportar suas carnes para a Europa ocidental. O conflito econômico durou de 1906 até 1911, mas o objetivo da Áustria-Hungria não foi atingido: em vez de ceder, o governo sérvio se aproximou ainda mais da Rússia e da França. Com a nova orientação diplomática, o governo de Belgrado pôde novamente sonhar com a Grande Sérvia e se lançar numa política de expansão territorial em detrimento do império otomano e da Áustria-Hungria. Por isso a anexação da Bósnia-Herzegovina foi sentida ainda mais duramente do que sua ocupação em 1878¹².

(12) Cf. Jelavich, Barbara, *op. cit.*, pp. 30-33.

A crise bósnia (1908)

Em 1906, o barão Aerenthal sucedeu a Goluchowski. Ele era um especialista em questões russas e balcânicas. Ministro em Bucareste em 1895, havia sido nomeado embaixador em São Petersburgo em 1899. Diferentemente dos seus predecessores, Aerenthal pretendia desenvolver uma política exterior ativa. Tinha a índole de um aristocrata austríaco, sabia se conter e jamais perdeu de vista que defendia os interesses de uma grande potência. Depois do fracasso do embargo, ele imaginava que seria necessário resolver o antagonismo austro-sérvio pela força. O objetivo imediato era a anexação da Bósnia-Herzegovina, mas a intenção última era "a abolição completa do foco revolucionário sérvio". Esta era um opinião pessoal da qual o imperador não partilhava. Todavia, Aeren-

thal se apoiava num partido belicista em Viena, numa parte do exército e mais particularmente no chefe de estado-maior, Conrad von Hoetzendorf, que era encorajado pelo arquiduque e herdeiro Francisco Ferdinando. Para o arquiduque, assim como para o ministro, tratava-se de integrar todos os eslavos do Sul à Monarquia. Mas os dirigentes de Berlim não eram dessa opinião; Guilherme II qualificou a anexação da Bósnia como um "golpe de audácia de um subtenente". A coalizão no poder em Budapeste era, por sua vez, inteiramente contrária à anexação da Bósnia, que daria a maioria definitiva aos eslavos no seio da monarquia austro-húngara.

Aerenthal começou reativando o projeto da ferrovia da Salônia através do *sandjak* de Novipazar. Mas, depois da vitória da Revolução dos Jovens Turcos em Constantinopla, ele julgou que seria conveniente resolver o mais rápido possível a questão bósnia, restituindo o *sandjak* ao império otomano e anexando a Bósnia-Herzegovina. Esperava que a Rússia, enfraquecida pela derrota na guerra russo-japonesa e pela revolução de 1905, não reagisse. No entanto, depois de 1906, estimava que a Rússia, desiludida de suas ambições asiáticas, deveria voltar novamente seus olhos para os Bálcãs.

Em 1907, o desenrolar do contencioso anglo-russo desembocou na constituição de dois blocos na Europa: a França, a Grã-Bretanha e a Rússia podiam formar uma frente diplomática comum. A margem de manobra de Aerenthal era muito estreita e a sua única chance estava no despreparo do exército russo, recém-saído da guerra russo-japonesa e sem a ânsia das potências ocidentais em se envolver nos assuntos balcânicos. Em agosto de 1908, Aerenthal, que se fazia de amigo dos russos, encontrou em Karlovy Vary o ministro russo das Relações Exteriores, Isvolski, e lhe confiou seu projeto; prometeu-lhe o apoio diplomático da Áustria-Hungria para a abertura dos estreitos à frota de guerra russa. A entrevista, que se passou, sem testemunhas, na propriedade do conde Berchtold, embaixador de Francisco José em São Petersburgo, resultou em um mal-entendido: Aerenthal acreditou que tinha conseguido um acordo com a Rússia, mas na sequência Isvolski negou essa interpretação, exigindo uma reunião prévia de um congresso diplomático para que fosse confirmada a anexação da Bósnia-Herzegovina.

No dia 8 de outubro de 1908, Francisco José e Aerenthal anunciaram de forma unilateral a anexação, colocando à Europa um fato consumado. Isvolski se indignou, afirmando que as conversas, de caráter informal, não haviam sido sancionadas por nenhum acordo. Os rumores se ampliaram a ponto de provocar uma crise internacional, que tomou o lugar da primeira crise marroquina (1906). Encorajado pela Grã-Bretanha e apoiado pela França, Isvolski exigiu a abertura de uma conferência internacional. Ao mesmo tempo, a Sérvia se levantou: resolvida a impedir a anexação, decretou a mobilização, confiando na ajuda russa. E os turcos, governados por um grupo nacionalista, reagiram boicotando os produtos austro-húngaros.

Em meio a tal tempestade, que ameaçava desembocar numa guerra européia, Francisco José e seu ministro recuaram. Uma guerra austro-sérvia resultaria, pensavam, numa vitória fácil para o exército imperial, mas os russos não poderiam deixar que seus aliados sérvios fossem esmagados, de maneira que uma intervenção militar poderia degenerar num conflito europeu. O imperador e Francisco Ferdinando conseguiram refrear o exaltado general Conrad, que ansiava por uma guerra preventiva:

Contenham Conrad, eu vos imploro. Temos de pôr fim a seu frenesi belicoso. Seria maravilhoso e agradável fazer picadinho desses sérvios e montenegrinos, mas de que valeriam esses louros, adquiridos ao preço de ocasião, se teríamos de pagá-los com uma crise européia? Se nos fosse necessário em seguida guerrear em duas ou três frentes, sem consegui-lo¹³?

(13) "Carta do arquiduque ao seu ajudante de campo", apud J-P. Bled, op. cit., p. 622.

Finalmente, tudo estava na dependência da Rússia: se ela não apoiasse militarmente os sérvios, estes teriam de recuar. E, de fato, o chanceler francês, Stephen Pichon, comunicou a Isvolski no dia 25 de fevereiro de 1909 que a França não estava interessada em apoiar a Rússia numa questão em que seus "interesses vitais" não estavam em jogo. O governo inglês, por sua vez, declarou que daria aos seus aliados russos apenas apoio diplomático. Se medidas de mobilização geral foram tomadas em São Petersburgo em dezembro de 1908, o estado-maior russo desejava, contudo, evitar a guerra a todo custo. Por essa razão Isvolski advertiu diversas vezes Belgrado, no decorrer do inverno de 1908-09, para moderar sua atitude. No meio de março de 1909, a Sérvia, isolada em face das potências centrais, acabou se desmobilizando e reconheceu a anexação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria-Hungria — o que parecia para esta um enorme sucesso diplomático, daí a atitude arrogante de Aerenthal: "Acredito que podemos nos considerar satisfeitos", disse ele para Berchtold¹⁴.

(14) Ibidem, p. 622.

Devemos nos perguntar se não se tratava de uma vitória mais aparente do que real, pois se a crise mostrou a solidez da aliança austro-alemã, a iniciativa desastrosa de Aerenthal suscitou enorme rancor da opinião internacional. De fato, Berchtold, embaixador em São Petersburgo, revelou-se mais lúcido do que seu superior num relatório a Francisco José:

... não devemos esquecer que a maneira como realizamos a anexação da Bósnia-Herzegovina produziu em todas as chancelarias das grandes potências um sentimento de desconfiança para com a Monarquia e favoreceu um acordo comum, sem precedentes, quanto à nossa política oriental¹⁵

(15) Ibidem, pp. 635-636.

De fato, a crise deteriorou a imagem da Áustria-Hungria, que aparecia, de agora em diante, como um elemento perturbador no concerto europeu. Mesmo no plano da política interna da Monarquia o benefício da operação era discutível, pois nem a Cisleitânia nem a Hungria desejavam incorporar a Bósnia, povoada por quatro milhões de eslavos do Sul. Formou-se então um *Reichsland*, território comum da Monarquia e fonte de futuras complicações. A crise bósnia, por outro lado, enterrou definitivamente a aproximação austro-russa e acirrou o antagonismo entre os dois blocos. Ainda que o apoio anglo-francês à Rússia tenha sido relativo, a realidade da Tríplice Aliança era manifesta e o governo russo, apesar de suas recriminações, não mudou a orientação de sua política exterior. Podemos ter certeza de que, se o chanceler alemão Bülow esperava desgastar a Rússia com os seus aliados ocidentais, ele acabou bem decepcionado.

Para a Sérvia era uma grave humilhação, pois ela havia prometido "mudar o sentido de sua política atual para com a Áustria-Hungria". A partir de então, os sérvios passaram a nutrir um verdadeiro ódio da monarquia dos Habsburgo, sentimento que se manifestaria por ocasião das crises balcânicas, resultantes da rápida decomposição do império otomano.

Tirando a lição da crise bósnia, Aehrenthal decidiu acalmar os ânimos e conduzir, novamente, uma política prudente, seguindo os passos dos seus antecessores. Consciente do perigo que representava Conrad no comando do exército, conseguiu a sua demissão quando ele, obcecado pela guerra preventiva, intencionava atacar a Itália, aliada oficial da Áustria-Hungria. Nesse caso, Francisco José apoiou o seu chanceler e se colocou, definitivamente, no campo oposto ao dos belicistas. Em uma audiência concedida a Conrad em 15 de novembro de 1911, ele disse: "Minha política é uma política de paz. Convém que todos se acomodem a tal política, pois sou eu quem decide qual política seguir"¹⁶. De toda maneira, a política ativa de Aehrenthal resultou numa crise internacional que quase levou a Europa a uma guerra, mas como os mecanismos de aliança não funcionaram, apenas subsistiram os rancores, tanto em Viena (Conrad von Hoetzendorff e o partido belicista) como em Belgrado.

(16) Ibidem, p. 637.

Da crise bósnia à declaração de guerra de julho de 1914

Muito mais sério era o problema colocado pelos eslavos do Sul, dos quais três milhões viviam na Hungria (incluindo a Croácia-Eslovênia, eles representavam então cerca de 14% da população húngara), dois milhões na Cisleitânia (somados os eslovenos aos sérvios e aos croatas) e mais dois milhões na Bósnia-Herzegovina. O movimento ilírico exigia a união dos eslavos do Sul nascidos na Croácia sob o bastão de Strossmayr, que havia contribuído na fundação da Academia Iugoslava em Zagreb, com auxílio do historiador Racki, e lutava pela unificação da língua eslava. Ao fim de dez anos de lutas, a Dieta conseguiu a criação de uma universidade em Zagreb

com o objetivo de elevar o nível cultural de todos os eslavos do Sul. Os setores mais desenvolvidos foram a faculdade de teologia católica, a de direito e a de filosofia; ciência e medicina progrediriam apenas depois de 1900. A inauguração da universidade, em 1874, simbolizava a entrada das terras croatas na Europa instruída¹⁷.

Antes de 1900, foi a rivalidade entre sérvios e croatas, encorajados pela proclamação de Khuen-Hedervary, e não o irredentismo sérvio, que impediu a unificação do movimento nacional iugoslavo. Na verdade, os croatas, nação histórica dotada de direito de estado, reivindicavam a direção do movimento, pois consideravam os sérvios ortodoxos, recém-libertos da dominação otomana, um ramo menos desenvolvido da família. No entanto, a influência de políticos conservadores, como Antoine Starcevic e Joseph Frank, fundadores do Partido do Direito, declinava por volta de 1900. Embora partidários de uma solução trialista, que colocasse a Croácia em igualdade com a Hungria e a Cisleitânia, eles não compreendiam os problemas dos camponeses sérvios pobres da Bósnia e dos outros territórios sul-eslavos. E foi justamente por tornar-se claro que sérvios e croatas tinham numerosos problemas sociais em comum que se chegou à formação de um partido camponês, sobre a direção dos irmãos Radic, e depois do Partido Progressista Croata, o que representava uma abertura nestes anos que precederam a I Guerra Mundial.

Houve uma notável evolução a partir de 1905, quando a oposição croata se decepcionou com atitude do imperador-rei, que havia se recusado a negociar com os deputados croatas da Cisleitânia a respeito dos seus irmãos oprimidos da Croácia. Os deputados croatas negociaram com o Partido da Independência, que os apoiou em troca de uma estrita aplicação do compromisso húngaro-croata e de reformas democráticas na Croácia. Além disso, o Partido da Independência aceitou que a Dalmácia fosse reintegrada ao reino da Croácia-Eslovênia. No dia 4 de outubro de 1905, as negociações resultaram nas convenções de Rijeka (Fiume), assinadas pelos deputados croatas de oposição dos dois partidos da Monarquia, sendo que dois deputados croatas da Dalmácia, François Supilo e Antoine Trumbic, que corriam risco de represálias do governo de Budapeste, tiveram importante papel na redação do texto. Duas semanas depois, 26 deputados sérvios da Dalmácia aprovaram em Zadar (Zara) a convenção de Rijeka. Sérvios e croatas declaravam então que fariam parte de uma só nação e que defenderiam um programa comum. Contudo, essa nova filosofia política não foi reconhecida nem pelo Partido do Direito croata, nem pelo partido camponês de Radic, que ao menos aceitava uma vaga solução federal. A coalizão sérvio-croata, constituída na Dieta de Zagreb, foi vítima de uma política de "magiarização", ao que os croatas responderam com uma obstrução no parlamento de Budapeste e uma vitória eleitoral, depois do que a coalizão sérvio-croata renunciou a toda colaboração com o governo húngaro. De fato, ela se opôs energicamente à anexação da Bósnia-Herzegovina em 1908, o que contribuiu para uma acusação de alta traição feita aos deputados sérvios no processo de Zagreb, mediante provas

(17) Cf. Goss, Mirjana. "La naissance de l'Université de Zagreb". *Etudes Danubiennes*, v. I, 1989, p. 63.

inventadas de todos os tipos, provavelmente com a cumplicidade das autoridades de Viena. Chegávamos, assim, a 1914 com uma oposição comum contra a política estrangeira da Monarquia, contra a política nacionalista do governo húngaro e, mais discretamente, contra certa discriminação na Cisleitânia. A idéia iugoslava não nasceu, portanto, em plena guerra, mas na Croácia e na Dalmácia, e foi em grande medida inspirada por intelectuais e políticos croatas, para além de qualquer ingerência do governo de Belgrado.

As guerras balcânicas (1912-13) foram a ocasião para o governo austríaco manifestar sua inquietude. O partido belicista triunfava em Viena, pois o conde Léopold Berchtold, que sucedera Aehrenthal em 1912, era um homem enérgico. Diplomata de carreira, tendo ocupado o posto de conselheiro em São Petersburgo, onde fora embaixador entre 1906 e 1911, Berchtold não tinha nenhuma pretensão de negociar com a Rússia, que acreditava conhecer, e não hesitou em declarar guerra em julho de 1914. Conrad retornara como chefe do estado-maior, de maneira que a Áustria-Hungria quase declarou guerra contra a Sérvia em novembro de 1912 e, depois, ao lado da Bulgária, em julho de 1913. As guerras balcânicas são reveladoras das tensões existentes entre os estados cristãos dos Bálcãs, que, depois de atacar o império otomano no outono de 1912, lutavam entre si para partilhar os despojos.

A primeira guerra balcânica iniciou-se em outubro de 1912. No início das hostilidades, a Áustria-Hungria decidira não intervir, pois acreditava que a liga balcânica não duraria. Todavia, a rapidez dos sucessos militares e as ambições sérvias na Albânia obrigaram-na a mudar rapidamente de opinião. Em novembro, a Áustria-Hungria ameaçava declarar guerra à Sérvia para impedi-la de estender seu território até o Adriático. O novo chefe do estado-maior, Conrad, planejava uma guerra preventiva com o consentimento de Berchtold. Ambos tinham o apoio da Alemanha, que via no caso uma questão "vital" para a Monarquia Dual e estava pronta a fazer funcionar a aliança. A Itália, igualmente, estava preparada para apoiar a Monarquia, de modo que a Tríplice poderia ter funcionado já nesta data não fosse a Rússia — que não acreditava que o caso valia uma guerra européia — ter aconselhado à Sérvia que recuasse. De fato, esta se retirou do território albanês, como havia exigido Berchtold. Alcançado um sucesso diplomático importante naquele momento, ele seria porém negligenciado por seus aliados durante a segunda guerra balcânica.

Tal como Berchtold havia previsto em outubro de 1912, os vencedores entraram em conflito pela partilha da Macedônia: esta foi a segunda guerra balcânica (junho/agosto de 1913). Nesse momento, a Áustria-Hungria pensou em intervir ao lado da Bulgária, objetivando impedir a constituição de uma Grande Sérvia, mas seus aliados da Tríplice não a apoiaram. Para Guilherme II, apoiar a Bulgária à custa da Sérvia e da Romênia era um "grande erro". Para Giolitti, presidente do Conselho italiano, a aliança não poderia ser acionada, uma vez que a Áustria-Hungria estava agindo por conta própria, pois ninguém cogitava atacá-la. Seu ministro dos Negócios

Estrangeiros, o marquês de San Giuliano, foi ainda mais claro: "Nós os seguraremos pelos chifres, se for necessário"¹⁸.

(18) Renouvin, Pierre, op. cit., p. 237.

Rapidamente, a Bulgária teve de ceder e o Tratado de Bucareste (10 de agosto de 1913) acertou a partilha da Macedônia, para proveito da Grécia, que anexou a Salônia, e da Sérvia, que incorporou a região de Skopje, enquanto a Bulgária fora mais uma vez vexada: teve de ceder a região da Silistria para a Romênia e obteve apenas alguns cantões da Macedônia oriental. A Grande Sérvia nascia, reforçada em sua vocação de "Piemonte" dos eslavos do Sul. A Rússia obtinha dois resultados positivos: seu aliado sérvio conseguira um papel de primeiro plano na Península e o império otomano estava ameaçado de total desmoronamento, agora que as potências, em vez de socorrer o "homem doente", partilhavam a Turquia em zonas de influência econômica ligadas à construção de ferrovias.

O balanço das guerras balcânicas foi amargo para a Monarquia. Se a aliança austro-alemã funcionou aparentemente bem, a posição da Áustria-Hungria se degradou nos Bálcãs. De agora em diante era necessário contar com a Sérvia. A Romênia, por seu lado, teve um comportamento estranho em junho de 1913, o que colocou dúvidas sobre a solidez da aliança austro-romena. Viena havia sondado uma reaproximação com a Bulgária, mas o rei Fernando, muito ligado à Rússia, não estava seguro, pois o arquiduque Francisco Fernando o detestava. Finalmente, a Áustria-Hungria não concluiu a aliança com a Bulgária, receosa de conduzir a Romênia aos braços da *Entente*.

No início de 1914, a diplomacia austro-húngara estava tão hesitante quanto povoada de opiniões divergentes: Francisco Fernando, consciente do perigo que representava a questão sérvia, não estava pronto a desencadear uma guerra com a Rússia para se desembaraçar da Sérvia. Muito ao contrário, desejava ressuscitar a aliança austro-russa, pois estava persuadido de que a guerra européia não só seria a ruína dos dois impérios, como também levaria ao triunfo dos movimentos revolucionários. Francisco José tinha opinião diversa. Seguro de suas experiências do passado, ele imaginava que uma reaproximação durável com a Rússia não tinha chances de se realizar e que a época da Santa Aliança estava ultrapassada. Apesar de sempre apegado à idéia da paz, o velho imperador não descartava a guerra. Foi nesta conjuntura que sobreveio o atentado de Sarajevo, em 28 de junho de 1914: o arquiduque Francisco Fernando foi assassinado com sua esposa, por ocasião de uma visita à cidade, capital da Bósnia, provocando uma crise sem precedentes e a I Guerra Mundial.

A declaração de guerra de 1914

Paradoxalmente, o gabinete Pasic se inquietava com a reaproximação possível entre a Rússia e a Áustria-Hungria, uma vez que esta, sem o apoio

da primeira e isolada, deveria renunciar às suas ambições de realizar a Grande Sérvia. Foi por isso que alguns extremistas de Belgrado imaginaram eliminar Francisco Ferdinando, que, em razão da idade de seu tio, seria logo senhor da política externa da Monarquia. A iniciativa veio da Mão Negra, uma sociedade secreta que havia recrutado vários oficiais sérvios. O chefe da entidade, o coronel Dimitrievic, e o seu adjunto, o comandante Tankosic (um dos instigadores do golpe de estado de 1903) não recuaram frente à ação terrorista, uma vez que tinham o apoio dos sérvios da Bósnia. Todos os atentados que promoveram, apesar de não terem sido bem sucedidos, visavam personalidades políticas que se opunham ao programa nacionalista sérvio. A Mão Negra já havia planejado assassinar Francisco José quando de sua visita a Sarajevo em 1910. O rei Pedro, da Sérvia, se desaprovava estes métodos, não podia agir contra uma organização que o havia levado ao poder. O terrorismo fazia então a sua aparição no início do século como fator de política internacional, bem afastado dos métodos clássicos dos gabinetes e chancelarias.

A Mão Negra havia recrutado jovens sérvios da Bósnia que, animados pela febre patriótica e pelo ódio aos Habsburgo, eram fáceis de manipular. Gavrilo Princip, o assassino, e seus cúmplices atravessaram a fronteira e se esconderam durante todo o mês de junho com a cumplicidade da população. O gabinete de Belgrado preveniu ao *Ballhausplatz*¹⁹ que havia perigo de um atentado, mas Francisco Ferdinando manteve sua visita a Sarajevo. O serviço fora organizado "à austríaca", quer dizer, com negligência, de modo que apenas o concurso de algumas circunstâncias permitiu o assassinato do arquiduque. Primeiro, um atentado a bomba fracassou, ferindo dois oficiais; depois, Princip abateu a tiros de revólver o arquiduque e sua esposa, que estavam sentados num veículo conversível (hoje no Museu Histórico do Exército em Viena), provocando a crise diplomática que levaria ao fim da Áustria-Hungria.

É necessário tentar entender por que o assassinato de um arquiduque desencadeou o conflito europeu. De pronto, a imprensa ocidental não se comoveu em nada, pois estava acostumada aos incidentes sangrentos nos Bálcãs. Sabia-se que Francisco José não tinha nenhum carinho especial pelo seu herdeiro presumido, a quem reprovava haver se casado fora do seu meio, fossem quais fossem as qualidades da duquesa de Hohenberg. Não lhe desagradaria, portanto, se o novo herdeiro fosse então o seu sobrinho-neto, o arquiduque Carlos, uma vez que os filhos de Francisco Ferdinando não tinham título de arquiduque e estavam descartados da sucessão. Porém, ele sabia que por intermédio de seu sobrinho se visava à Dinastia, à Monarquia e ao exército, de maneira que estava decidido a reagir, mas não sabia muito bem como.

O partido belicista tinha então a ocasião de intervir contra a Sérvia. O general Conrad e o ministro da Guerra, Krobatin, desejavam atacar de imediato. Como o caso lhes parecia sem risco, se ficasse localizado, uma agressão imediata parecia-lhes um meio mais seguro de neutralizar a opinião européia, ainda comovida com as notícias do atentado de 28 de

(19) Palácio em Viena que era sede do Ministério das Relações Exteriores (N. T.).

junho. Berchtold estava convencido de que não mais podia haver recuo, pois a Monarquia nada conseguira de sua inação durante as guerras balcânicas, de que a expulsão do império otomano da Europa havia designado a Monarquia como o próximo alvo dos nacionalismos e de que era necessário esmagar a Sérvia, principal foco das conspirações anti-Habsburgo. Ele era, então, partidário de uma solução militar. Pela primeira vez, em quarenta anos, Francisco José partilhava as mesmas disposições, pois a moderação defendida desde 1908 não lhe mostrara nenhum resultado. Mas ele não aprovou o plano de Conrad, objetivando consultar antes o governo de Berlim, que se mostrara, até então, moderado nas questões balcânicas e o havia sempre impedido de declarar guerra. Neste sentido, ele enviou o conde Hoyos a Berlim com uma longa carta para Guilherme II, na qual, depois de evocar os perigos do pan-eslavismo, não escondia sua determinação:

*Depois dos acontecimentos pavorosos que acabaram de ocorrer em Sarajevo, tu te convencerás de que não se pode mais pensar em resolver pela via do acordo o conflito que nos opõe à Sérvia e de que a política de paz dos monarcas europeus estará ameaçada enquanto este foco de agitação criminosa continuar impune*²⁰.

(20) Apud J.-P. Bled, op. cit., p. 669.

Guilherme II e seu chanceler, Bethmann-Hollweg, reconheceram que interesses vitais da Monarquia estavam em jogo e deram carta branca ao aliado austro-húngaro, aconselhando-o a agir rápida e brutalmente. Os chefes militares, estimando que as condições eram favoráveis aos impérios centrais, mesmo no caso de uma guerra européia, também não se opuseram. Entre os dirigentes das potências centrais, Étienne Tisza, presidente do Conselho húngaro, que havia mesmo criticado a falta de energia de Berchtold em 1912-13, foi o mais cauteloso e se opôs resolutamente à aventura. Para ele, nada deveria ser feito enquanto não se estabelecesse a participação do governo de Belgrado no atentado, e ainda neste caso, mesmo com o apoio de Berlim, seria melhor evitar a guerra.

No Conselho da Coroa de 7 de julho, como Berchtold não conseguira unanimidade para a intervenção armada imediata, decidiu-se pelo envio de um ultimato a Belgrado. Foram necessárias duas semanas para redigi-lo e enviá-lo, em 23 de julho de 1914. É verdade que foi escrito em termos que não deixavam escolha a um estado independente: Viena exigia a condenação das campanhas antiaustríacas na Bósnia, a perseguição dos responsáveis pelo atentado, a prisão de Tankosic e a participação de funcionários austríacos nas medidas de depuração do exército e da administração sérvios. Francisco José esperava que Pasic rejeitasse o ultimato e assumisse assim a responsabilidade pela abertura das hostilidades, uma vez que estimava ser este o único meio de salvar a Monarquia. No dia 25 de julho, o governo sérvio, que aceitara oito das dez condições

do ultimato, decretou a mobilização e se voltou para Nis, enquanto a Áustria-Hungria rompia relações diplomáticas e mobilizava os oito corpos do exército previstos para uma ação nos Bálcãs. Três dias depois, em 28 de julho, a Monarquia declarava guerra à Sérvia, deflagrando assim a I Guerra Mundial.

Os dirigentes austríacos enganaram-se enormemente, pois haviam considerado a divisão da Europa em dois campos — impérios centrais contra a *Entente* — e se apegado com obstinação à tese da guerra limitada. Em 1914, a Rússia recusou-se a deixar a Sérvia ser esmagada, pois caso contrário o seu prestígio seria irremediavelmente atingido. Os argumentos do perigo da revolução ou do despreparo do exército do czar não significaram nada em face do risco de uma derrota diplomática maior. A partir do momento em que São Petersburgo apoiou Belgrado, o mecanismo fatal pôs-se em marcha e o conflito regional imaginado por Viena veio a ser um conflito de escala europeia. A Alemanha assumiu seus compromissos para com a Áustria-Hungria alguns dias mais tarde e enviou um ultimato no dia 31 de julho, imaginando poder impedir a mobilização. No mesmo dia, a Áustria-Hungria transformou a mobilização parcial em mobilização geral, para fazer face a um ataque russo. Da mesma maneira, a França, que se recusara a cumprir as obrigações da aliança franco-russa em 1908, não podia se esquivar de apoiar a Rússia sem correr o risco de encontrar-se isolada em face da Alemanha. Poincaré, presidente da República, deu todas as garantias a Nicolau II quando de sua visita a São Petersburgo em julho de 1914.



Os Habsburgo deixaram-se envolver na questão bósnia por razões pouco convincentes e acabaram por suscitar o antagonismo sérvio. Foi um erro capital ao qual nem a monarquia austro-húngara nem uma certa Europa sobreviveram. As vantagens obtidas pela ocupação da Bósnia não valeram certamente o preço que se lhe concedia na época das conquistas coloniais. Francisco José e Andrassy acreditavam ver aí uma compensação às derrotas de Solferino e de Koeniggratz, mas os Habsburgo se desviaram deste modo de sua verdadeira vocação: permitir conviverem povos diversos que não desejavam nem a dominação russa nem a dominação de Berlim.

Recebido para publicação em
11 de dezembro de 1996.

Jean Bérenger é professor de
história moderna na Universi-
dade de Paris-Sorbonne.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 47, março 1997
pp. 19-38
